REVISTA CONEXÃO ELETRÔNICA

CONTROLE DO PATRIMÔNIO PESSOAL: Importância e impactos em um estudo de caso com residentes de Três Lagoas/MS

Dieny Kelly Alves de Araujo[1]; Joice Vieira Souza da Silva[1]; Patricia de Oliveira[2,4]; Ângela Brasil[3,4]*

[1] Graduando em Administração, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; [2] Mestre em Desenvolvimento Local – UCDB; [3] Graduada em Administração – UFMS, Mestre em Geografia – UFMS; [4] Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS
* autor correspondente: angelabrasil@gmail.com

RESUMO
O planejamento financeiro pessoal contribui para o acompanhamento das receitas, despesas e compromissos assumidos, especialmente em contextos de endividamento e inadimplência. Este estudo investiga a presença do planejamento financeiro entre residentes de Três Lagoas/MS e examina hábitos relacionados à organização do orçamento e ao endividamento. Adota-se abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, com aplicação de questionário on-line, por meio do Google Forms, a 13 voluntários, entre abril e maio de 2024. O instrumento reuniu dez questões objetivas sobre perfil dos participantes, renda, práticas de planejamento financeiro, fontes de conhecimento, endividamento, distribuição dos gastos e compras por impulso. Os dados foram analisados por frequências absolutas e percentuais e apresentados em gráficos. Entre os participantes, 30,8% declararam não realizar planejamento financeiro mensal, enquanto 46,2% assinalaram a opção “não faço planejamento” ao informar a principal fonte de conhecimento para o controle das finanças. Além disso, 38,5% relataram já ter vivenciado endividamento por cartão de crédito e 76,9% afirmaram ter realizado compra sem necessidade ou por impulso nos últimos meses. Os resultados indicam baixa sistematização do planejamento financeiro em parte da amostra e presença de comportamentos associados a maior vulnerabilidade financeira. Considerando o número reduzido de participantes, os achados descrevem apenas o grupo investigado e não permitem generalização para a população do município.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento financeiro; endividamento; educação financeira.

1 INTRODUÇÃO

Segundo pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) (2023), quatro em cada dez brasileiros adultos estavam negativados em agosto daquele ano, e o volume de consumidores com contas atrasadas havia crescido em relação ao mesmo período de 2022.

Esse contexto reforça a importância do conhecimento sobre as próprias finanças e do acompanhamento da destinação da renda. Identificar receitas, despesas e compromissos permite planejar

o uso dos recursos, prever necessidades e reduzir a exposição a desequilíbrios financeiros. O planejamento não depende apenas do valor da renda, mas também da forma como ela é distribuída e monitorada ao longo do tempo.

O registro dos gastos mensais, fixos e variáveis, favorece a visualização do orçamento e pode ser realizado por meio de caderno, planilha ou aplicativo. Embora o planejamento financeiro seja frequentemente associado à gestão de empresas, seus princípios também se aplicam às finanças pessoais. A organização das despesas por categorias e o acompanhamento de pequenos gastos cotidianos permitem reconhecer padrões de consumo e apoiar decisões compatíveis com a renda disponível.

Outro aspecto relevante é a relação entre consumo imediato e planejamento de longo prazo. Levantamento da CNDL e do SPC Brasil (2023) menciona a chamada “cultura do imediatismo”, associada à preferência pelo consumo presente em detrimento da formação de reservas. A ampla oferta de parcelamento e a exposição constante a estímulos de consumo podem dificultar decisões financeiras de longo prazo. Nesse contexto, a educação financeira pode auxiliar na avaliação das compras, no uso do crédito e na definição de prioridades para o presente e o futuro.

Eker (2006, p. 1) afirma que “a maioria das pessoas associa dinheiro a prazer imediato” e contrapõe essa percepção à acumulação de recursos como forma de ampliar a liberdade financeira.

A reserva de emergência constitui outro componente do planejamento financeiro, pois pode reduzir a necessidade de recorrer ao crédito diante de situações imprevistas, como desemprego, despesas com saúde ou manutenção de bens. Sua formação depende da capacidade de poupança e das condições econômicas de cada indivíduo ou família.

O planejamento também exige acompanhamento periódico. Mesmo quando há definição de metas e instrumentos de controle, o orçamento pode ser afetado por mudanças de renda, despesas inesperadas ou alterações nas prioridades. O monitoramento permite comparar o que foi planejado com o que efetivamente ocorreu e ajustar as decisões quando necessário.

Neste trabalho, o planejamento financeiro pessoal é compreendido como o conjunto de estratégias e ações destinadas à organização dos recursos e do patrimônio ao longo do curto, médio e longo prazo. Esse processo envolve conhecer a situação financeira, organizar receitas e despesas, definir metas, formar reservas quando possível e monitorar os resultados.

1.1 Finanças

As finanças envolvem decisões de alocação de recursos ao longo do tempo. Bodie e Merton (2002) apontam que seu estudo auxilia na administração dos recursos pessoais, na compreensão do ambiente de negócios, na avaliação de oportunidades profissionais, na tomada de decisões como cidadão e na ampliação do conhecimento sobre escolhas econômicas.

O dicionário Aurélio define finanças como a ciência e a profissão relacionadas ao manejo do dinheiro e dos recursos do Estado. Em sentido aplicado, o termo abrange decisões sobre obtenção, uso, transferência e administração de recursos por pessoas, empresas e instituições.

Faria (2011) relaciona finanças à administração de recursos para o alcance de objetivos em determinado período. O Caderno de Educação Financeira do Banco Central do Brasil (2013) também associa a educação financeira à melhoria da gestão das finanças pessoais e à busca de maior equilíbrio financeiro.

1.2 Planejamento financeiro pessoal

O planejamento financeiro pessoal

está relacionado à definição de objetivos e à organização dos recursos necessários para alcançá-los em diferentes horizontes de tempo (CHEROBIM; ESPEJO, 2011). Zenkner (2012) destaca a necessidade de identificar objetivos individuais ou familiares e compatibilizá-los com a situação financeira disponível. Rocha e Vergili (2007) diferenciam objetivos de curto e de longo prazo conforme o tempo e o volume de recursos necessários para sua realização.

A definição de objetivos de curto, médio e longo prazo deve considerar a renda, as despesas, as variações nos rendimentos e a capacidade de poupança. Cherobim e Espejo (2011) ressaltam que o planejamento depende da situação financeira de cada pessoa, enquanto Lizote, Simas e Lanas (2012) associam a ausência de planejamento à dificuldade de controlar gastos, poupar e direcionar recursos para investimentos.

O planejamento financeiro pessoal reúne técnicas de análise e gerenciamento das finanças que auxiliam na decisão sobre onde, como e quando alocar recursos (LEAL; MELO, 2008). A definição de objetivos orienta os esforços de controle de gastos e formação de reservas, desde que as metas sejam compatíveis com a realidade financeira do indivíduo (CHEROBIM; ESPEJO, 2011).

1.3 Inadimplência e endividamento

A inadimplência corresponde ao descumprimento de uma obrigação (HOUAISS, 2001). No campo financeiro, o termo se relaciona ao atraso ou não pagamento de compromissos assumidos. Faria (2006) distingue o endividamento decorrente de situações inesperadas, como doença, acidente ou desemprego, daquele associado à gestão inadequada dos recursos.

Tolotti (2005) diferencia formas de endividamento conforme a finalidade do crédito. O endividamento pode estar associado à aquisição de bens ou recursos capazes de gerar retorno financeiro, mas também pode decorrer de consumo não planejado. Em ambos os casos, a capacidade de pagamento e o custo do crédito precisam ser considerados.

O consumo e a facilidade de acesso ao crédito podem contribuir para o aumento do endividamento quando parcelas relevantes da renda são comprometidas com bens e serviços (SANTOS; SOUZA, 2014). Cerbasi (2010) observa que dificuldades para honrar dívidas podem repercutir em relações familiares, pessoais e profissionais.

Entre os fatores associados ao endividamento estão o desconhecimento da própria situação financeira, o uso do cartão de crédito como extensão da renda, a ausência de reserva para emergências e a falta de planejamento (ACORDO CERTO, 2020). No Brasil, as discussões sobre endividamento e inadimplência também se relacionam às transformações econômicas ocorridas desde a década de 1990, que alteraram o acesso ao crédito e o comportamento de consumo.

Durante o governo Fernando Collor de Mello, medidas econômicas voltadas ao controle da inflação afetaram a circulação de moeda e a disponibilidade de recursos financeiros, com impactos sobre consumo, poupança e investimentos (SEBBEN, 2020).

A implantação do Plano Real, em 1994, contribuiu para a estabilização da economia e alterou as condições de acesso ao crédito no país. Motta (2018) discute essas mudanças no contexto da estabilização econômica. A relação entre expansão do crédito e endividamento, contudo, depende de fatores como renda, juros, condições de pagamento e capacidade de planejamento.

A formação de reserva financeira pode reduzir a necessidade de recorrer a empréstimos diante de emergências (RAMSEY, 2010). Cerbasi (2009) recomenda a elaboração de orçamento detalhado e o acompanhamento dos gastos como instrumentos de controle

financeiro. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor citados no texto original mostram a relevância do tema no contexto brasileiro, mas a interpretação desses indicadores deve distinguir endividamento de inadimplência e considerar o período específico da pesquisa.

2 OBJETIVOS

O objetivo do estudo é investigar a presença do planejamento financeiro pessoal entre participantes residentes em Três Lagoas/MS, descrever características do grupo pesquisado e analisar como hábitos de consumo, organização do orçamento e histórico de endividamento se relacionam com as práticas de planejamento identificadas.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo adotou abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, e foi apresentado pelos autores como estudo de caso, com aplicação de questionário on-line como instrumento de coleta de dados. O levantamento foi realizado com residentes de Três Lagoas/MS, entre abril e maio de 2024.

O questionário, aplicado por meio do *Google Forms*, continha dez questões objetivas. Participaram 13 voluntários. As perguntas abordaram faixa etária, gênero, condição de moradia, renda, planejamento financeiro, fontes de conhecimento sobre finanças, situação e histórico de endividamento, percepção sobre o volume de gastos em diferentes categorias e ocorrência de compras por impulso. O manuscrito original não informa o procedimento de recrutamento dos participantes nem critérios formais de inclusão e exclusão.

Os dados foram analisados por frequências absolutas e percentuais e apresentados em gráficos. A análise teve caráter descritivo, voltado à caracterização do grupo pesquisado e à identificação de padrões nas respostas. Considerando o tamanho e a forma de composição da amostra, os resultados devem ser interpretados como descritivos do grupo participante, sem generalização para a população de Três Lagoas/MS.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

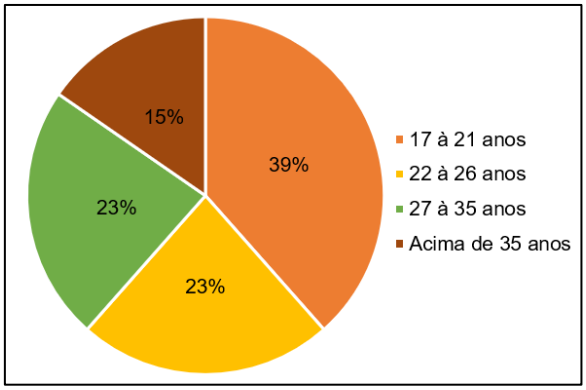
A pesquisa de campo utilizou questionário on-line composto por dez questões objetivas, respondido por 13 voluntários entre abril e maio de 2024. As perguntas buscaram caracterizar o perfil dos participantes e descrever práticas de planejamento financeiro, hábitos de consumo e experiências de endividamento.

As quatro primeiras questões caracterizaram os participantes quanto à idade, ao gênero, à condição de moradia e à renda.

Quanto à idade (Gráfico 1), cinco participantes tinham entre 17 e 21 anos, três entre 22 e 26 anos, três entre 27 e 35 anos e dois mais de 35 anos. Em relação ao gênero (Gráfico 2), 12 participantes se identificaram com o sexo feminino e um com o sexo masculino. Quanto à moradia (Gráfico 3), três residiam sozinhos, quatro com os pais, dois com os pais e declararam intenção de se mudar, e quatro moravam com namorado(a), amigo(s) ou outras pessoas. Sobre renda e trabalho (Gráfico 4), quatro participantes não trabalhavam, dois recebiam menos de um salário-mínimo, três entre um e dois salários-mínimos, dois entre dois e três salários-mínimos e dois acima de três salários-mínimos.

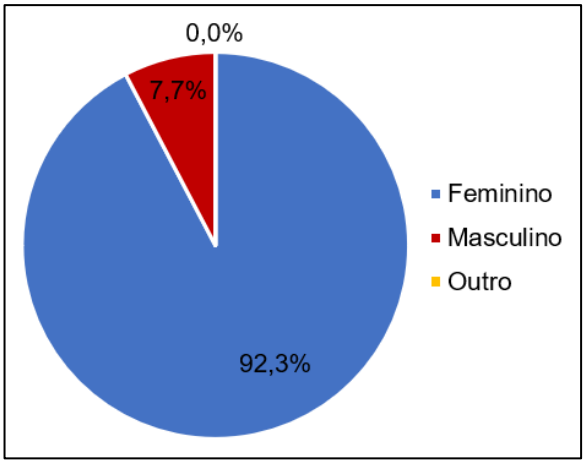
O grupo pesquisado foi composto majoritariamente por mulheres e apresentou maior concentração nas faixas etárias mais jovens. Nove participantes declararam trabalhar e, entre eles, sete informaram renda de até três salários-mínimos. A condição de moradia indica diferentes níveis de autonomia residencial, mas não permite, isoladamente, concluir sobre independência financeira.

Gráfico 1. Qual é a sua idade?



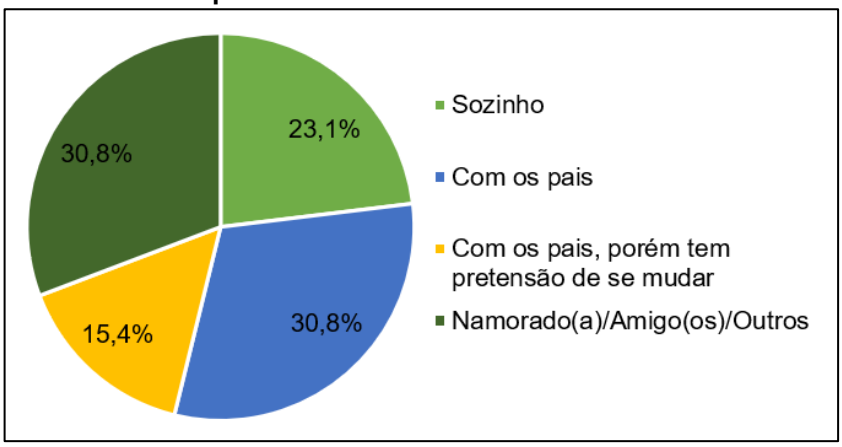
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 2. Qual gênero você se identifica?



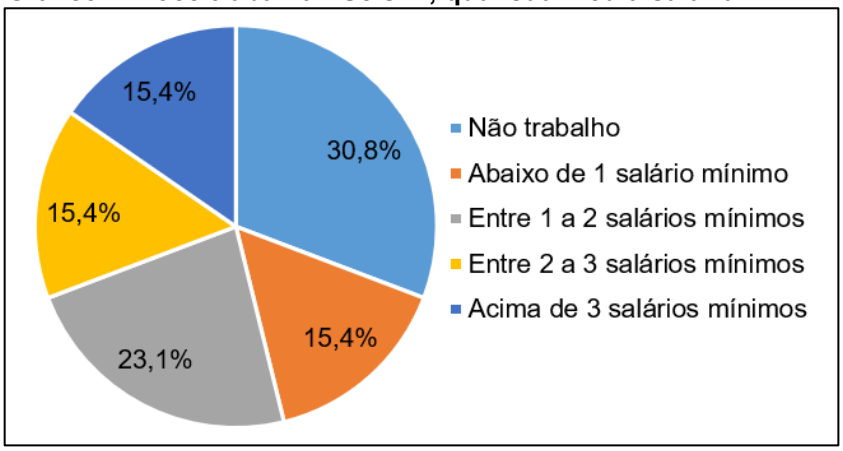
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 3. Com quem mora?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 4. Você trabalha? Se sim, qual sua média salarial?

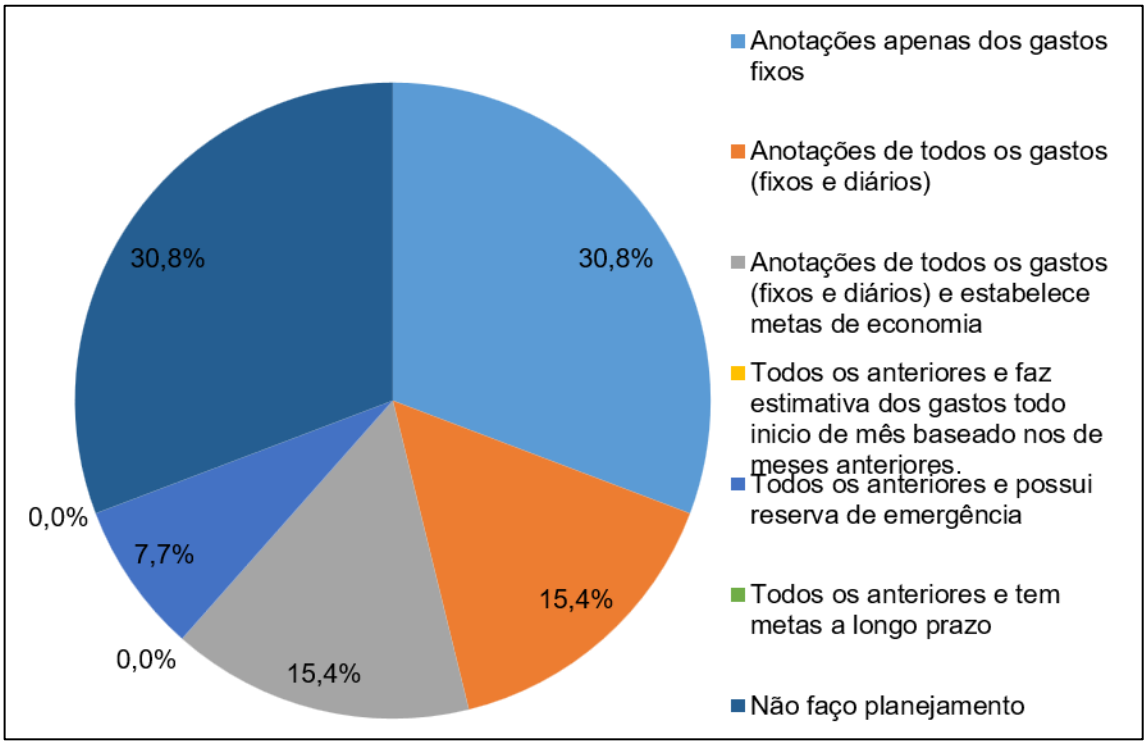


Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 5 apresenta a forma como os participantes declararam realizar o planejamento financeiro mensal. Quatro participantes faziam anotações apenas dos gastos fixos (30,8%); dois registravam todos os gastos, fixos e diários (15,4%); dois registravam todos os gastos e estabeleciam metas de economia (15,4%); um informou adotar as práticas anteriores e manter reserva de

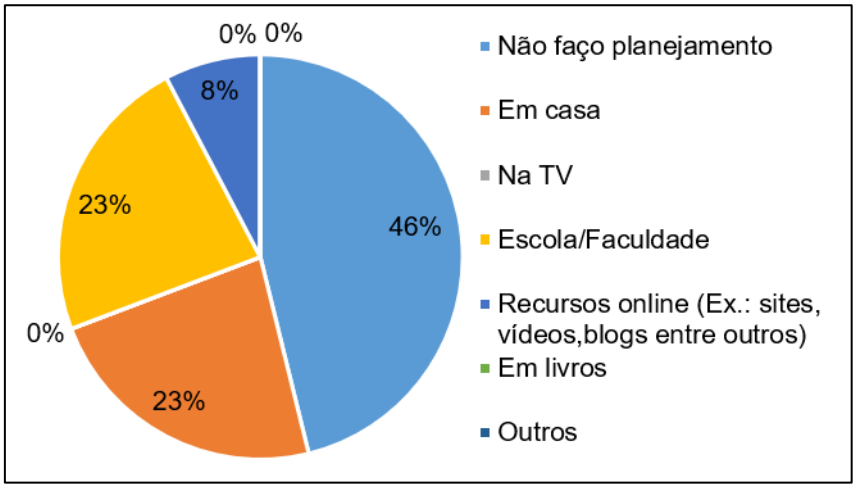
emergência (7,7%); e quatro declararam não realizar planejamento financeiro (30,8%). As demais opções não receberam respostas.

Gráfico 5. Realiza planejamento mensal? Se sim, qual se aproxima mais da sua realidade?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 6. Qual foi sua principal fonte de conhecimento para o controle de finanças?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados do Gráfico 5 indicam que oito participantes (61,6%) se concentraram nas categorias “anotações apenas dos gastos fixos” ou “não faço planejamento”. Os demais relataram práticas mais amplas de acompanhamento das despesas, definição de metas ou formação de reserva. A classificação dessas práticas como insuficientes ou adequadas exige critérios prévios, por isso os dados são apresentados aqui de forma descritiva.

A sexta questão investigou a principal fonte de conhecimento utilizada para o controle das finanças (Gráfico 6). Seis participantes assinalaram “não faço planejamento” (46,2%); três indicaram aprendizado em casa (23,1%); três apontaram escola ou faculdade (23,1%); e um indicou recursos on-line (7,7%). Não houve respostas para televisão, livros ou outros meios.

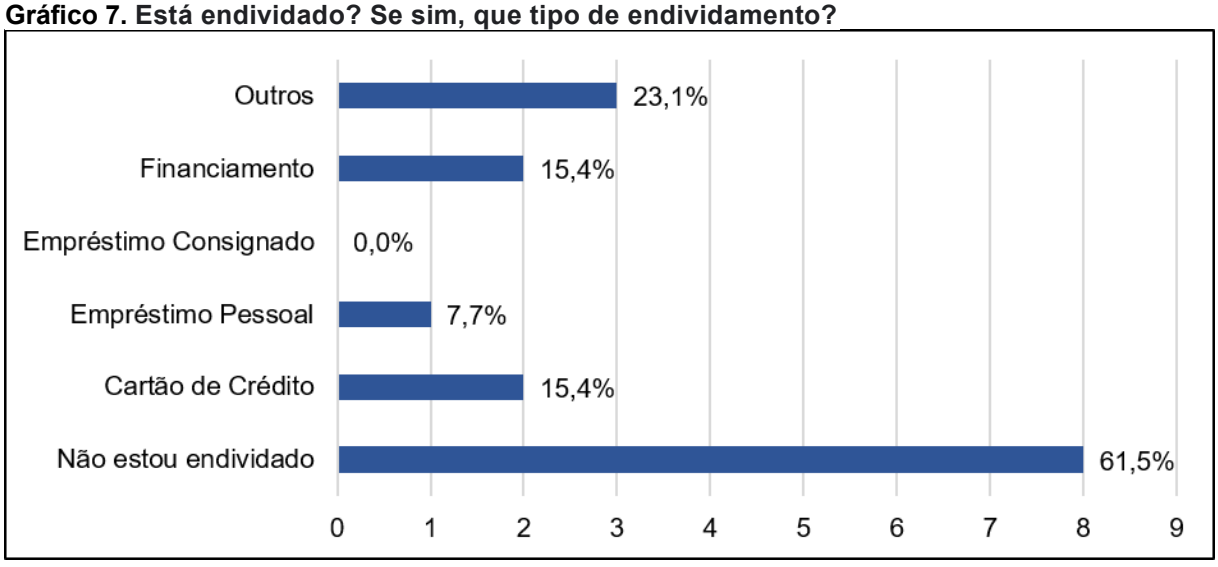
A proporção de participantes que assinalou “não faço planejamento” no Gráfico 6 foi maior do que a observada no Gráfico 5. Essa diferença sugere que parte dos respondentes pode ter interpretado de maneira distinta as duas perguntas ou não reconhecer determinadas práticas de registro de gastos como planejamento financeiro. Como o questionário não incluiu questão aberta de esclarecimento, não é possível determinar a razão dessa divergência.

Entre os sete participantes que indicaram alguma fonte de conhecimento sobre finanças, três mencionaram a família, três a escola ou a faculdade e um recursos on-line. Os dados mostram que o aprendizado ocorreu principalmente em ambientes familiares e educacionais, mas o questionário não avaliou a profundidade, a qualidade ou a frequência desse contato com conteúdo de educação financeira.

Apenas um participante indicou recursos on-line como principal fonte de conhecimento, e nenhum selecionou televisão, livros ou outros meios. O resultado descreve a preferência da amostra, mas não permite avaliar a qualidade ou a confiabilidade das fontes consultadas.

Quanto à situação de endividamento no momento da pesquisa (Gráfico 7), oito participantes declararam não estar endividados. Dois indicaram dívida no cartão de crédito, um empréstimo pessoal, dois financiamentos e três outros tipos de dívida. Como a questão admitiu mais de uma resposta entre as modalidades, a soma das frequências pode superar o total de participantes.

Gráfico 7. Está endividado? Se sim, que tipo de endividamento?



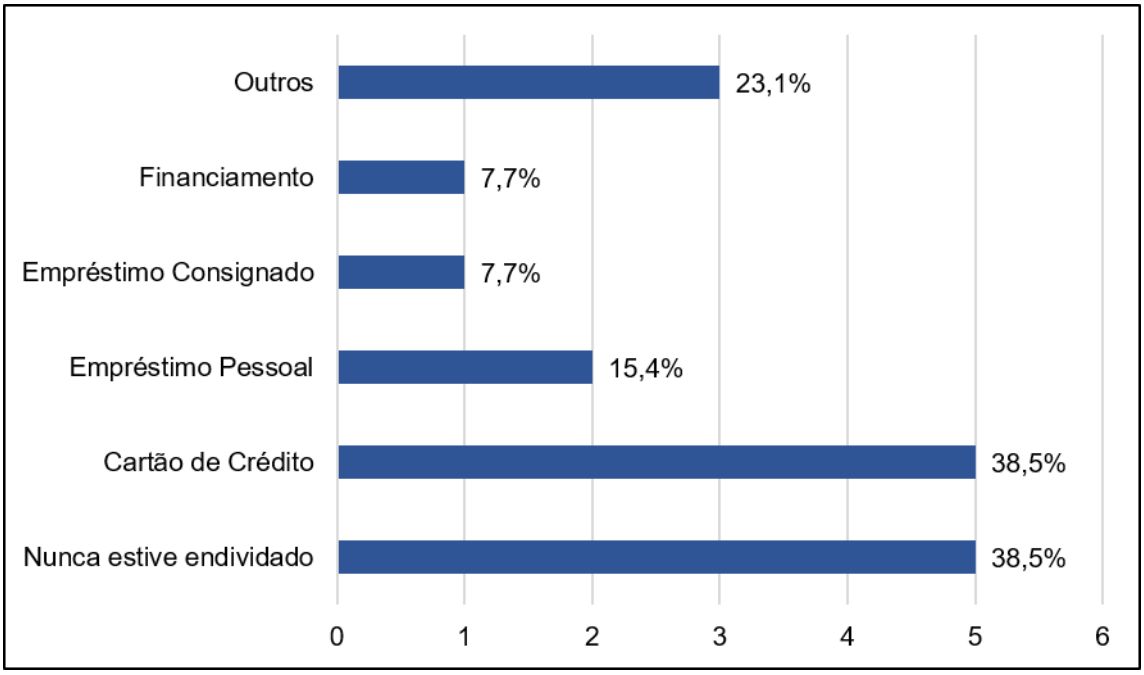
Fonte: Elaborado pelos autores.

A maioria dos participantes declarou não estar endividada no momento da pesquisa. Entre as modalidades mencionadas pelos respondentes com dívida, apareceram cartão de crédito, empréstimo pessoal, financiamento e outras formas. Os dados identificam a ocorrência dessas modalidades na amostra, mas não permitem estabelecer sua causa.

Sobre experiências anteriores de endividamento (Gráfico 8), cinco participantes declararam nunca ter estado endividados; cinco relataram endividamento por cartão de crédito; dois por

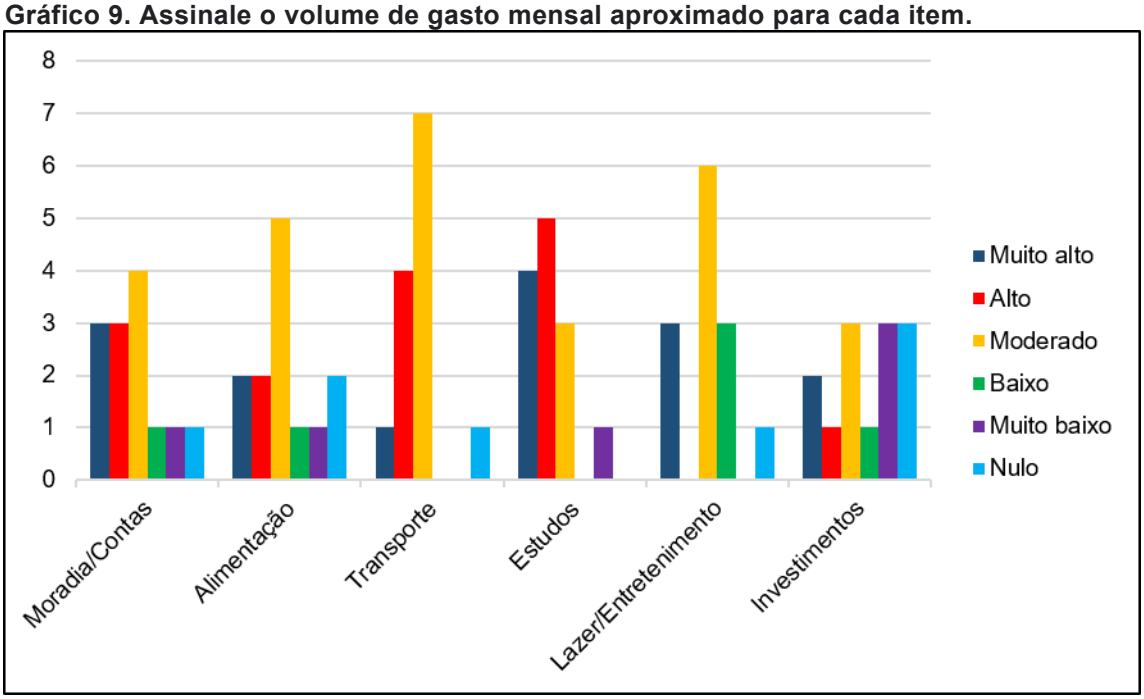
empréstimo pessoal; um por empréstimo consignado; um por financiamento; e três indicaram outras modalidades. A questão também permitia múltiplas respostas.

Gráfico 8. Já esteve em algum momento endividado? Se sim, que tipo de endividamento?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 9. Assinale o volume de gasto mensal aproximado para cada item.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O cartão de crédito foi a modalidade de endividamento anterior mais frequentemente mencionada, com cinco respostas (38,5%). O mesmo número de participantes declarou nunca ter estado endividado. Esses resultados mostram a

presença relevante do cartão de crédito no histórico do grupo, mas não permitem concluir, sem dados adicionais, sobre juros pagos, duração das dívidas ou gravidade do comprometimento financeiro.

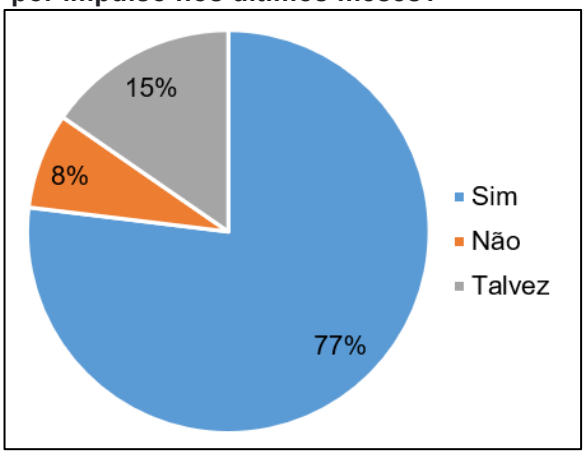
O Gráfico 9 apresenta a percepção dos participantes sobre o volume mensal de gastos em diferentes categorias. Em moradia e contas, três respostas foram “muito alto”, três “alto”, quatro “moderado”, uma “baixo”, uma “muito baixo” e uma “nulo”. Em alimentação, duas respostas foram “muito alto”, duas “alto”, cinco “moderado”, uma “baixo”, uma “muito baixo” e duas “nulo”. Em transporte, uma resposta foi “muito alto”, quatro “alto”, sete “moderado” e uma “nulo”. Em estudos, quatro respostas foram “muito alto”, cinco “alto”, três “moderado” e uma “muito baixo”. Em lazer, três respostas foram “muito alto”, seis “moderado”, três “baixo” e uma “nulo”. Em investimentos, duas respostas foram “muito alto”, uma “alto”, três “moderado”, uma “baixo”, três “muito baixo” e três “nulo”.

As respostas mostram maior concentração das categorias “moderado”, “alto” e “muito alto” em moradia e contas, transporte e estudos. Em investimentos, seis participantes classificaram os gastos como “muito baixo” ou “nulo”. Como a questão registra percepção subjetiva do volume de gasto e não valores monetários, não é possível comparar diretamente o peso de cada categoria no orçamento nem classificar despesas como essenciais ou supérfluas apenas a partir dessas respostas.

O Gráfico 10 mostra que dez participantes responderam “sim” à pergunta sobre compra sem necessidade ou por impulso nos últimos meses, dois responderam “não” e um respondeu “talvez”.

As respostas indicam que a compra por impulso esteve presente na experiência recente de grande parte do grupo pesquisado. Esse comportamento pode dificultar o cumprimento de metas financeiras quando não está previsto no orçamento, embora o questionário não tenha medido valores gastos, frequência das compras ou impacto sobre a renda. A análise, portanto, deve limitar-se à ocorrência declarada do comportamento.

Gráfico 10. Já comprou algo sem precisar ou por impulso nos últimos meses?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

5 CONCLUSÕES

O planejamento financeiro pessoal reúne práticas de organização de receitas, despesas, metas e reservas que podem apoiar decisões de curto, médio e longo prazo. No grupo pesquisado, os resultados mostram diferentes níveis de organização financeira e apontam a presença de comportamentos que merecem atenção, especialmente a ausência de planejamento declarada por parte dos participantes, o histórico de endividamento por cartão de crédito e a ocorrência de compras por impulso.

O estudo articulou conceitos de finanças pessoais, planejamento financeiro, inadimplência e endividamento com dados obtidos por questionário aplicado a 13 residentes de Três Lagoas/MS. A análise permite descrever o perfil e os hábitos do grupo participante, mas o número reduzido de respondentes e a ausência de amostragem probabilística impedem generalizações sobre a população do município.

Quanto ao perfil, cinco

participantes tinham entre 17 e 21 anos, três entre 22 e 26 anos, três entre 27 e 35 anos e dois mais de 35 anos. Doze dos 13 participantes se identificaram com o sexo feminino. Nove declararam trabalhar, e sete desses nove informaram renda de até três salários-mínimos. As respostas sobre moradia mostraram diferentes formas de autonomia residencial, mas não constituem medida direta de independência financeira.

No planejamento mensal, quatro participantes relataram apenas o registro de gastos fixos e quatro declararam não realizar planejamento. Outros cinco indicaram práticas que incluíam registro mais amplo de despesas, metas de economia ou reserva de emergência. Na questão sobre a principal fonte de conhecimento financeiro, seis assinalaram a opção “não faço planejamento”, o que evidencia uma diferença de resposta entre perguntas relacionadas e sugere a necessidade de aperfeiçoar o instrumento em estudos futuros.

A família e a escola ou faculdade foram as fontes de conhecimento mais citadas entre os participantes que indicaram alguma origem para o aprendizado financeiro. O questionário, porém, não avaliou a qualidade ou a extensão desse conhecimento, razão pela qual não se pode concluir sobre a efetividade da educação financeira recebida nesses ambientes.

No momento da coleta, oito participantes declararam não estar endividados. No histórico de endividamento, cinco mencionaram o cartão de crédito, mesma frequência registrada para aqueles que afirmaram nunca ter estado endividados. Esses resultados mostram que o cartão de crédito aparece de forma relevante na experiência do grupo, sem permitir inferências causais sobre sua relação com o planejamento financeiro.

As respostas sobre gastos indicaram maior percepção de dispêndio em moradia e contas, transporte e estudos, enquanto seis participantes classificaram os gastos com investimentos como muito baixos ou nulos. Além disso, dez dos 13 participantes relataram compra sem necessidade ou por impulso nos meses anteriores. Em conjunto, os achados reforçam a importância de acompanhar despesas e definir prioridades, mas devem ser interpretados dentro dos limites da amostra e do instrumento utilizado.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico). Brasília, 2013.

BARTH, N. L. Inadimplência: Construção de modelo de previsão. São Paulo: Nobel, 2003.

BRASIL. Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Inadimplência volta a crescer e atinge 66,80 milhões de consumidores, aponta CNDL/SPC Brasil. 2023. Disponível em:<https://site.cndl.org.br/inadimplencia-volta-a-crescer-e-atinge-6680-milhoes-de-consumidores-aponta-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Oito em cada dez brasileiros não sabem como controlar as próprias despesas, mostra estudo do SPC Brasil. Brasil, [s.d.]. 5 p.

CERBASI, G. Como Organizar Sua Vida Financeira: Inteligência Financeira Pessoal Na Prática. Rio De Janeiro: Elsevier, 2009.

CERBASI, G. Dinheiro: Os Segredos De Quem Tem: Como Conquistar E Manter Sua Independência Financeira. São Paulo: Editora Gente, 2010.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. (Org.) Finanças Pessoais:

Conhecer para enriquecer. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CRUZ, B. H.; KROETZ, M.; FÁVERI, D. B. Gestão Financeira Pessoal: Uma Aplicação Prática. 9. ed. [s.l.]: SEGeT, 2012.

DUTRA, D. T. A Reserva Financeira Como Estratégia De Vida Para Os Brasileiros. Enaproc, Paraná, v. 1, n. 1, 1 p., 2020.

EKER, T. H. Os segredos da mente milionária: aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre dinheiro e adotando os hábitos de pessoas bem-sucedidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. 175 p.

FARIA, L. M; Conceito de Finanças. Disponível em: <https://tempodefinancas.webnode.com.br/livro-de-visitas/finan%C3%A7as%20-%20conceito/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FARIA, M. P. C. Análise de crédito à pequena empresa: um modelo de encorajem baseado nas metodologias estatísticas: análise fatorial e lógica fuzzy, 2006.

HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KIYOSAKI, R. T.; MARIA, J. Pai Rico, Pai Pobre: O Que Os Ricos Ensinam a Seus Filhos Sobre Dinheiro. Rio De Janeiro: Alta Books, 2017.

LEAL, D. T. B.; MELO, S. A contribuição da educação financeira para a formação de investidores. In: 2º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade. Florianópolis, 2008.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J. de; LANAS, J. Finanças Pessoais: um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Anais do IX SEGeT 2012. Resende, 2012.

MOTTA, M. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. O Brasil Republicano: o tempo da Nova República – da transição democrática à crise política de 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RAMSEY, D. The Total Money Makeover. Nashville, Tn: Nelson Current, 2010.

ROCHA, R. H.; VERGILI, R. Como esticar seu dinheiro: Fundamentos de educação financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SANTOS, T.; SOUZA, M. J. B.; Fatores que Influenciam o Endividamento de Consumidores Jovens. Revista Alcance Eletrônica, [S.l]. v. 21, n. 1, p. 152-180, jan./mar., 2014.

SEBBEN, R. J. Análise de crédito e cobrança. 1. Ed. São Paulo: Novatec, 2020.

TOLOTTI, M. As armadilhas do consumo. São Paulo: Campus, 2005.

ZENKNER, D. Finanças pessoais: uma análise da gestão financeira das famílias com renda acima de 10 salários mínimos do município de Lajeado. 2012. Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2012.